



CONSTANTINE IX

ROYO Y IMPERAD

A.S. 275

NOVEMBRO, 2020

No.1 de 2020

**Uma Ato relacionada com a Carta do Parlamento
Imperial**

Aprovado em 28 de novembro de 2022

SARHOLM, 2020



SEJA PROMULGADA, pelo Gabinete do Primeiro-Ministro do Novo Império Saroviano e Suas Colônias e Domínios, com o conselho e consentimento do Parlamento Imperial do mesmo, como segue:

Preâmbulo

1. O Parlamento Imperial do Novo Império Saroviano é uma das fontes de legislação do Império, sendo a outra no ramo executivo, na forma do Imperador Saroviano. O precedente e os poderes do Parlamento são fundados na Constituição Saroviana, especificamente no Artigo III, Seção 10, onde a Constituição escreve:

Carta do Parlamento Imperial

10. Enquanto a necessidade de representar os membros do vasto Império está insatisfeita no momento, a Coroa convocará representantes de todas as regiões do Novo Império Saroviano à Câmara dos Comuns no Parlamento Imperial pelo menos duas vezes por mês a fim de abrir um debate sobre as questões do Estado. Enquanto uma dessas assembleias deve ser o Discurso mensal do Trono, dado pela Coroa aos representantes para entregar ao seu povo. Da mesma forma, o Pariato do Império deve formar sua própria Assembleia de Pares, à qual são concedidas habilidades similares às dos Comuns, e deve se reunir nos dias 8 e 25 de cada mês, respectivamente.

Esta Câmara dos Comuns será composta por não mais de 25 cidadãos do Estado, para servir um mandato de um mês como membros do Parlamento, para propor legislação e debatê-los em todos os assuntos de política como propriedade privada, status econômico, movimento social e cultural, política externa, diplomacia e mais, e poderá introduzir todas as formas de legislação. Esta Câmara dos Comuns e a Assembleia de Pares está reunida como um conselho legislativo e tem a capacidade de produzir legislação e propor projetos de lei.

Este ato de Sua Majestade Imperial o Imperador diz respeito à codificação do Parlamento Imperial na lei saroviana, a ser renunciada somente com a decisão de dissolver o Parlamento à sua vontade. Juntos, o Parlamento está com o Imperador e o Império - para restaurar a civilização para o mundo.

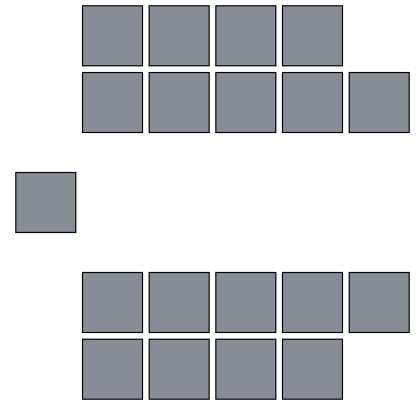
As Casas do Parlamento Imperial

2. Como codificação legal de uma das duas fontes de legislação no estado saroviano, a Constituição garante o estabelecimento de um sistema bicameral no Parlamento Imperial. Estas duas Casas formam o Parlamento, sendo a Casa primária - a Casa dos Comuns, eleita

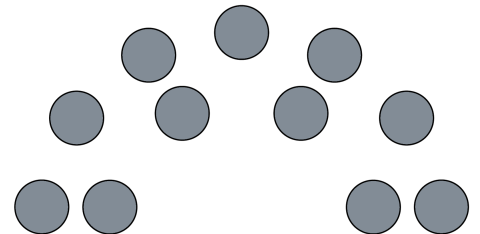
pelo povo, e a Casa secundária - a Assembléia dos Pares, sendo uma coleção de todos os membros do Império que possuem títulos nobres - hereditários ou não hereditários.

A Câmara dos Comuns poderá, como deriva da Constituição, ser composta por não mais de 25 cidadãos do Estado, para servir um mandato de três meses como membros do Parlamento, para propor legislação e debatê-la em todos os assuntos de política como propriedade privada, status econômico, movimento social e cultural, política externa, diplomacia e mais, e poderá introduzir todas as formas de legislação. Atualmente, existem 19 cadeiras.

A Câmara dos Comuns é responsável pela legislação que envolve propriedade privada, status econômico, movimento social e cultural e outras políticas internas. Eles são também uma parte fundamental no aconselhamento do Monarca sobre política externa, diplomacia e muito mais. A Câmara dos Comuns pode introduzir legislação, que depois é aprovada ou rejeitada pela Assembléia de Pares. O líder do partido político com a maioria dos assentos é chamado de Primeiro Ministro de Nova Sarovia. O Primeiro Ministro de Nova Sarovia se reúne com o Imperador uma vez por semana para discutir planos de legislação.



A Assembléia dos Pares é uma coleção de nobres, especificamente, Príncipes, Duques, Condes, Viscondes, Barões e Cavaleiros, que formam a Casa Superior do Parlamento Imperial. Eles são responsáveis pela aprovação ou rejeição da legislação que a Câmara dos Comuns propõe. A Assembléia pode introduzir sua própria legislação, dentro das áreas de poder como a Câmara dos Comuns, e não precisa obter a aprovação da Câmara dos Comuns, mas deve aprovar sua própria legislação por unanimidade. O Orador pode votar em caso de empate, em qualquer casa.



Os Partidos Políticos do Parlamento

3. Enquanto antes das Reformas Lochland, o Parlamento Imperial estava limitado apenas aos chapéus e bonés como partidos políticos do centro-direita e centro-esquerda respectivamente, esta Lei levanta esta restrição. Qualquer cidadão saroviano pode criar um partido político desde que esteja registrado nas Eleições Sarovia. Os dois principais partidos políticos criados anteriormente pela Coroa são conhecidos como "Hats" e "Caps". Os Hats, cujo nome deriva do chapéu tricorne usado pelos oficiais superiores e ex-monarcas, são um partido de centro-direita. Os Caps, cujo nome deriva dos bonés frígios de liberdade, liberdade e acadêmicos, são um partido de centro-esquerda. Os dois partidos são autorizados pelas

Eleições Sarovia, e a filiação é registrada. O líder de cada partido político é escolhido através do método de escolha do partido.

Os Poderes do Parlamento

4. O Parlamento tem, conforme delineado na Constituição, poderes de capacidade legislativa em certos aspectos, e falta deles em outros. Abaixo está a lista completa das agendas consideradas dentro dos poderes legislativos do Parlamento:

- a) Economia, inclusive:
 - i) O dispêndio de fundos e a criação de um orçamento em questões internas,
 - ii) A criação de um Banco Federal,
 - iii) E a decisão sobre dar ou receber empréstimos,
- b) Desenvolvimento urbano, inclusive:
 - i) A decisão de construir novos edifícios em Sarholm ou em outras cidades,
 - ii) A localização dos referidos edifícios,
 - iii) E a construção da infra-estrutura viária entre esses edifícios,
- c) Propriedade, inclusive:
 - i) Os requisitos para possuir propriedade,
 - ii) E a distribuição da propriedade e a supervisão das vendas e compras relativas à propriedade,
- d) O Código Penal, inclusive:
 - i) Toda a legislação considerada ilegal no Império, incluindo mas não se limitando a: assédio, assalto, invasão, roubo, roubo, traição e outras leis do Código de Direito Mathiveas.
- e) Legislação social e cultural, inclusive;
 - i) O estabelecimento ou dissolução de feriados,
 - ii) O reconhecimento de sociedades e pátrias distintas,
 - iii) O reconhecimento de grupos étnicos específicos dentro de Sarovia,
- f) O registro da heráldica, bandeiras, poemas, canções, obras escritas e arte no Rolo da Cultura Saroviana

De acordo com as Reformas Lochland, o Parlamento também pode se engajar, criar legislação, iniciar moções e debater os seguintes tópicos:

- a) Assuntos Estrangeiros, incluindo:
 - i) A capacidade de criar, dissolver ou participar de conversações para alianças,
 - ii) A capacidade de fazer tratados de qualquer tipo,
 - iii) A capacidade de fazer a paz ou declarar guerra,
 - iv) E a capacidade de entrar em organizações,

- b) Assuntos Militares, inclusive:
- i) O financiamento das Forças Armadas,
 - ii) O uniforme e o equipamento dos militares,
 - iii) O uso da intervenção militar,
 - iv) O treinamento dos militares,
 - v) Os trabalhos escritos de qualquer documento militar.

Emenda Constitucional

5. Enquanto surge a necessidade de emendar o Ato da Constituição, uma votação em ambas as casas do Parlamento Imperial deve ocorrer com o consentimento da Coroa e chegar a uma decisão unânime para abrir uma Convenção Constitucional, um período de vinte e quatro horas no qual todos os aspectos da Constituição podem ser votados. Todas as propostas para a Constituição devem ser secundadas e terceirizadas por outro membro do Parlamento, e acordadas com uma maioria de oitenta por cento ou mais, e se qualquer proposta de emenda da Constituição não for aprovada, a Convenção termina imediatamente e dá ao Parlamento Imperial um período de graça de uma semana antes de poder reabri-la. A Coroa pode exercer seu veto sobre o procedimento.

Procedimento Parlamentar

6. Enquanto um projeto de lei é trazido ao Parlamento para ser debatido e tornar-se uma peça de legislação, o membro do Parlamento se envolve em um procedimento formal para debater e discutir. Se um projeto de lei desejar ser debatido, a proposta deve ser secundada por outro membro do Parlamento. O proponente do projeto de lei deve se apresentar e falar por não mais que cinco minutos, delineando o projeto de lei e resumindo por que ele é útil para ser implementado. Se houver alguma objeção ao projeto de lei, o oponente principal deve se apresentar e falar por não mais do que cinco minutos, explicando o que precisa ser alterado ou por que não é viável para o Império. Então, o membro do Parlamento que originalmente secundou a moção falará por um total de sete minutos reforçando o argumento anterior, para finalmente ser seguido por um oponente da moção para falar por não mais do que sete minutos para contrariar qualquer ponto levantado. Em seguida, a Câmara dos Comuns votará a moção, com uma maioria simples de 51% necessária para aprovar a legislação. Qualquer assembleia de um quorum de mais de 25% do membro do Parlamento no edifício do Parlamento, oficialmente e legalmente, convoca uma sessão, e se o número cair abaixo da marca dos 25% a qualquer momento, a assembleia é suspensa. Todas as votações finais da legislação devem ser examinadas e enviadas à Coroa para verificação.

A Relação com o Imperador

7. Enquanto a legitimidade de Sua Majestade Imperial o Imperador deriva do direito divino concedido pelo próprio Stefan que permite à Coroa governar Seus povos de leste a oeste e de norte a sul, a sede da Autoridade Imperial do Império é a do Trono da Coroa em Sarholm, onde a corte é realizada, concedendo ao governo de Sua Majestade Imperial o Imperador para agir em nome da Coroa. Assim, todos os atos feitos são feitos em nome de Sua Majestade Imperial, o Imperador.

Embora um projeto de lei tenha sido aprovado pela Câmara dos Comuns, ele deve buscar o Assentimento Imperial do Imperador para ser oficialmente assinado em lei. Se o Imperador se recusar a assinar o projeto de lei dentro de uma semana, o projeto não se tornará lei e deverá esperar mais dois dias antes de qualquer tentativa de reintroduzir o projeto de lei. Se o Assentimento Imperial for dado e a legislação tiver sido afixada, a legislação se tornará lei exatamente vinte e quatro horas após sua implementação.

Enquanto um projeto de lei foi proposto por qualquer órgão do Parlamento Imperial, a Coroa tem o direito legal e legal de exercer seu veto sobre a objeção, o que nega a reintrodução do referido projeto de lei até após a próxima eleição. O veto só pode ser exercido se a Coroa estiver presente em uma sessão.